

AJ13 864

Franceses vão ajudar rio Doce 035

Um projeto de recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce será elaborado por técnicos do Governo francês. Eles estiveram ontem em Vitória reunidos com representantes da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente e entidades ecológicas, explicando como funciona o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos daquele país.

Segundo a coordenadora de Recursos Naturais da Seama, Marta Abaurre, a idéia básica deste sistema aplicado na França é a instituição de uma taxa a ser paga por todo agente poluidor e usuário de determinada bacia, cujo montante arrecadado é controlado por uma agência financeira. Esta tem a função de analisar e financiar projetos de recuperação ambiental apresentados por um comitê composto por membros do poder público, dos usuários e entidades ambientalistas, representados paritariamente.

"Na França", disse Marta Abaurre, "existem mais de 40 bacias hidrográficas, e esta experiência, que vem sendo aplicada há mais de 20 anos, fez com que várias delas estejam hoje totalmente recuperadas, enquanto que

outras estão em vias de recuperação". Através de um intercâmbio de cooperação financeira já firmado entre o Brasil e a França, um sistema adaptado à realidade local seria desenvolvido na bacia do rio Doce, como projeto piloto.

Recursos

Como coordenador geral deste banco, destinado a gerir os recursos advindos do pagamento das taxas — diferenciadas, conforme o impacto ambiental causado por cada usuário ou poluidor — está o Departamento Nacional de Energia Elétrica (DNAEE), pois o rio Doce é um "rio federal". Os respectivos órgãos de meio ambiente de Minas Gerais e do Espírito Santo seriam os coordenadores do projeto.

Em uma primeira fase, o Governo do Estado forneceu dados sobre a situação da bacia do rio Doce, que serão agora usados para que os técnicos franceses preparem o estudo simulando o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos da região. Segundo Marta Abaurre, caberá então, posteriormente, aos dois governos estaduais,

concluir pela viabilidade ou não do projeto.

Ela acrescentou que a proposta de criar uma taxa de utilização dos recursos hídricos vem de encontro ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, já elaborado. O que o plano não inclui é a criação de um banco para gerir o montante arrecadado. "Pode ser, por exemplo, que nós cheguemos à conclusão de que um consórcio intermunicipal é a melhor alternativa", disse a coordenadora do CRN.

O fato deste sistema envolver dois Estados, na avaliação de Marta Abaurre, é realmente um fator complicante, mas que pode ser contornado. O comitê que irá preparar os projetos para que a agência financeira aplique recursos terá que levar em conta os interesses de Minas e do Espírito Santo. No Estado vizinho, por exemplo, os maiores impactos ambientais acarretados à bacia são a mineração e a indústria. Já no Espírito Santo, os principais problemas são a falta de saneamento básico, lixo e esgoto, e a devastação causada pela atividade agrícola, como os desmatamentos e a erosão.